



UM ESTUDO DA TRAJETÓRIA DE RESISTÊNCIA E O CULTIVO SUSTENTÁVEL DA PIAÇAVA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE JATIMANE EM NILO PEÇANHA-BAHIA

Aluno: Elaine de Jesus dos Santos¹

Professores: Marcio Borges e Raquel Souza²

Professora Orientadora: Cristhiane Oliveira da Graça³

RESUMO

O povo quilombola traz consigo costumes dos seus ancestrais: visões de mundo, lutas e conhecimentos práticos que reúnem uma ciência antiga e efetiva. O conhecimento sobre a trajetória de resistência e o cultivo sustentável da piaçava nos territórios quilombolas Jatimanenses, localizado no município de Nilo Peçanha, estado da Bahia, precisam ser valorizados como ciência. O presente artigo tem como objetivo discutir, através de uma revisão bibliográfica, acerca da trajetória de resistência e o cultivo sustentável da piaçava na comunidade quilombola de Jatimane Nilo Peçanha-Bahia. Busca-se, ainda, refletir sobre as políticas públicas brasileiras que atendem as comunidades remanescentes de quilombolas. A metodologia tem como base a pesquisa bibliográfica, a partir de materiais elaborados por pesquisadores de diversas áreas, constituídos de livros, periódicos nacionais e estrangeiros, artigos científicos em bases na internet, reportagens de jornais especializados, legislações pertinentes. As políticas públicas brasileiras que visam atender as populações quilombolas no Brasil ainda são recentes, pouco dialogadas na prática, mas que tiveram na Constituição de 1988, assim como para todo o país, o marco importante da Constituição Cidadã, sendo esta, a posteriori, a que mais concedeu aos brasileiros os direitos básicos. A comunidade quilombola do Jatimane, no Baixo Sul da Bahia, representa, através do cultivo da piaçava, não apenas um cultivo sustentável, capaz de tornar renovável os recursos utilizados, como tem utilizado desses recursos para garantirem seu sustento, sobrevivência e ainda resistência.

Palavras-chave: Quilombo Jatimane; sustentabilidade quilombola; pandemia do coronavírus.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. E-mail: edejesusdossantos8@gmail.com

² Professores da disciplina “Desenvolvimento Territorial Sustentável”, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

³ Professora Orientadora pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

ABSTRACT

The quilombola people bring with them customs of their ancestors: worldviews, struggles and practical knowledge that bring together an ancient and effective science. Knowledge about the trajectory of resistance and sustainable cultivation of piassava in the quilombola territories of Jatimanenses, located in the municipality of Nilo Peçanha, state of Bahia, must be valued as a science. This article aims to discuss, through a literature review, the trajectory of resistance and sustainable cultivation of piassava in the quilombola community of Jatimane Nilo Peçanha-Bahia. It also seeks to reflect on Brazilian public policies that serve as remnant communities of quilombolas. The methodology is based on bibliographic research, based on materials prepared by researchers from different areas, consisting of books, national and foreign journals, scientific articles on internet databases, reports from specialized journals, relevant legislation. Brazilian public policies aimed at serving the quilombola populations in Brazil are still recent, little discussed in practice, but which had in the 1988 Constitution, as well as for the whole country, the important mark of the Citizen Constitution, which is, a posteriori, the which best granted Brazilians basic rights. The quilombola community of Jatimane, in Bahia's Southern Lowlands, represents, through the cultivation of piassava, not only a sustainable crop, capable of making the resources used renewable, but also using these resources to ensure their livelihood, reinforcement and resistance.

Keywords: Quilombo Jatimane; quilombola sustainability; coronavirus pandemic.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se justifica no atual cenário social, político, econômico e cultural, considerando a necessidade de estudos sobre os quilombolas no Brasil, embora a historiografia sobre a escravidão já dê conta das incessantes estratégias de fugas de escravos, e das suas tentativas de reorganização em comunidades, para melhor resistir à escravidão. O exemplo célebre é Palmares.

As comunidades quilombolas tornaram-se objeto privilegiado de estudo para as ciências sociais, sendo também um campo de interesse de outros saberes, a exemplo do direito, da biologia e das áreas médicas. Numa visão de conjunto, podemos alinhar algumas tendências que caracterizam os estudos sobre os quilombolas.

Os povos afrodescendentes são representados de maneira muito significativa pelas comunidades remanescentes de quilombos, que mantêm costumes, práticas e conhecimentos sobre a utilização e o manejo dos recursos naturais (GOMES; BANDEIRA, 2012), bem como sobre relações de fraternidade e lutas, quando elas são necessárias.

Pode-se vislumbrar a importância nas pesquisas e estudos das chamadas comunidades remanescentes de quilombos que ganharam força na última década do século XX, na esteira do ativismo do movimento negro e das políticas de ações afirmativas direcionadas aos afrodescendentes. Destaque especial sobre estes estudos é notado nos anos 2000 quando a sistematização e o espraiamento, em todo o Brasil, dessas políticas e de programas sociais especificamente para esses grupos se intensificam em âmbito nacional, estadual e municipal, possibilitando debate e discussões sobre o caráter dessas comunidades, tanto nos movimentos sociais, quanto no meio acadêmico.

A cultura quilombola é voltada às atividades coletivas e, na pandemia, o distanciamento social é uma forma de solidariedade, um respeito para com si mesmo e para com o outro. Contudo, praticar o distanciamento social é difícil para pessoas que tem uma cultura calorosa e afetuosa, como é o caso dos quilombolas de Jatimane. Assim, nesses tempos de quarentena, não tem sido fácil as pessoas da comunidade se adaptarem à necessidade de ficar em casa, de usar máscara, de não poder cumprimentar com o aperto de mão, tampouco com um abraço, que é um costume do brasileiro e principalmente do nosso povo quilombola.

O debate histórico passa por mudanças em sua estrutura, principalmente, no que concerne aos modos de pensar e reconstituir o passado. A construção de um povo se dá através de sua história, que marca cada geração com suas implicações políticas e sociais, tornando-se premente para os pesquisadores a elaboração de novos questionamentos e critérios de análise dos fatores culturais, sociais e identitários que formam a memória de cada sociedade, no que tange às comunidades quilombolas no Brasil.

Este artigo faz parte da elaboração em andamento de um projeto de dissertação de mestrado e visa investigar a trajetória histórica do processo de formação no quilombo de Jatimane, através da memória narrativa, bem como fortalecer as práticas de sustentabilidade pela comunidade durante o distanciamento social provocado pela pandemia COVID-19. Ainda em andamento, o presente artigo, objetiva, portanto, discutir, através de uma revisão bibliográfica, acerca da trajetória de resistência e o cultivo sustentável da piaçava na comunidade quilombola de Jatimane Nilo Peçanha-Bahia. Busca-se, ainda, refletir sobre as políticas públicas brasileiras que atendem as comunidades remanescentes de quilombolas.

Ao refletirmos sobre a temática muitos são os questionamentos a ela relacionados, os quais são colocados aqui sob a forma interrogativa: como se deu a trajetória histórica dos remanescentes

de quilombo no Brasil em específico a comunidade quilombola de Jatimane-Ba em relação à escravidão e as formas de resistência? Como os quilombos atravessam o tempo e ganham nova configuração no século XXI? Quais os avanços e dificuldades relacionadas à conquista dos direitos e ao processo de reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombo? A questão dos quilombos é um elemento importante na história do Brasil e se constituíram constituem em espaços de resistência, antes a escravidão, contemporaneamente, como espaços de resistência cultural. Definidos como comunidade remanescente de quilombo, muitas dos descendentes dos antigos quilombolas ainda vivem nas mesmas localidades que residiram seus antepassados e mantêm tradições, saberes e fazeres repassados de geração em geração contribuindo para a construção/reconstrução da identidade étnica.

Pesquisando a comunidade quilombola de Jatimane, estaremos trilhando o caminho de uma análise social e cultural, na tentativa de apreender as experiências históricas e sua influência sobre comportamentos humanos, buscando decodificar os significados que movem e validam atitudes de sujeitos históricos, num espaço em que sistemas culturais específicos ajudaram a manter a coesão e a legitimação moral da comunidade.

Esta investigação se utilizará de alguns suportes teóricos e metodológicos oferecidos pela História, memória e cultura, que possibilitará a utilização de fontes variadas, levando em conta, sobretudo, as reflexões de Peter Burke que, ao discutir os problemas das fontes, chama atenção para a importância de buscar além dos documentos oficiais, novos objetos de pesquisa. Além da narrativa oral para o estudo da pesquisa, outro recurso será de extrema importância, a exemplo, observação participante que:

Serve como uma fórmula para o contínuo vaivém entre o ‘interior’ e o ‘exterior’ dos acontecimentos: de um lado, captando o sentido das ocorrências e gestos específicos através da empatia: do outro, dá um passo atrás, para situar esses significados em contextos mais amplos. (CLIFFORD, 1998, p.19)

Assim, ao descortinar a trajetória de resistência na Comunidade quilombola de Jatimane frente aos diferentes desafios enfrentados desde a sua constituição, procurarei seguir o ensinamento de Hampatê-Bá quando diz que o pesquisador deve iniciar-se primeiramente nos modos de pensar da sociedade oral, antes de interpretar suas tradições.

2. METODOLOGIA

O presente estudo tem como base a pesquisa bibliográfica, a partir de materiais elaborados por pesquisadores de diversas áreas, constituídos de livros, periódicos nacionais e estrangeiros, artigos científicos em bases na internet, reportagens de jornais especializados, legislações pertinentes.

Serão analisadas as possíveis e aplicações de políticas públicas voltadas para a proteção e atendimento básico à população quilombolas em relação ao acesso ao sistema de saúde e outras proteções fundamentais, assim compreendendo a realidade dos quilombos, identificando os atores participantes, gerando planejamentos futuros para evitar problemas e para então compreendê-la na literatura.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Quilombos no Brasil

A origem da palavra “quilombo” é banto e quer dizer: acampamento ou fortaleza. Os portugueses utilizaram esse termo usado pelos portugueses e designaram as povoações construídas pelos escravos que fugiam. A descrição no Brasil, era diferente e com algumas denominações, esses espaços eram chamados de arranchamentos, mocambos ou quilombos e seus membros eram conhecidos como Callombolas, quilombolas ou mocambeiros. A distribuição dos quilombos, variava de lugar, tamanho, população, forma de organização, integrantes, com isso o desempenho foi importante no contexto social na escravidão no Brasil (SILVA, 2014).

A presença marcante das comunidades quilombolas no Brasil, mais uma vez é sinônimo de resistência. A Constituição Federal de 1988, artigos 215 e 216 e artigo 68 das disposições transitórias, incorporou o termo Quilombola e deu passo importante no reconhecimento dos grupos étnicos no bojo da formação da sociedade brasileira, conferindo ainda direito aos remanescentes de comunidades de quilombo (GONÇALVES; SANTOS; BARBALHO, 2020).

A repercussão na cultura e nas estratégias de ocupação de território aconteceu com a experiência quilombola no Brasil, que teve africanos de diferentes regiões, negros aqui nascidos, índios e, em alguns casos, brancos, e com isso está composição racial contribuiu para essa estratégia

de ocupação. Algumas variáveis envolveu o momento de ações e forças militares políticas contrárias, ou seja, o que tornou cada quilombo com uma experiência particular de formação e foi avaliado o desejo de quem quis se aquilombar (SILVA, 2014).

Na história do Brasil o Quilombo de Palmares foi um símbolo de resistência, e um dos motivos que causou preocupação das autoridades do Brasil Colonial. Uma esperança que tomou ocupação na mente de muitos escravos foi o Palmares, pois o desejo de alcançar a sonhada liberdade com as fugas. Em vários contextos no Brasil o Palmares e toda a sua tradição de liberdade que atravessou o final do século XVI, assustou as autoridades metropolitanas e coloniais. O que resultou na mente das autoridades e assim proporcionou mudanças nas leis escravista de repressão dos quilombos fugitivos (SILVA, 2014).

Para Gomes (2015), os registros dos quilombos brasileiros que foram encontrados e os mesmos foram feitos por pessoas encarregadas de destruí-los, com intuito de forjar e reforçar a transgressão dos fugitivos, os mocambos/quilombos não eram isolados geograficamente, conforme abordam as visões tradicionais. Os quilombos ao contrário eram articulados a cooperar entre a senzala, a casa grande e os comerciantes locais. O que causava proteção dos refugiados, pois muito antes das expedições repressoras chegarem, os mesmos já eram avisados por antecipação.

O conceito antropológico dispõe o remanescente de quilombo, definindo de forma dilatada e enfatizando os elementos de território e identidade. Utilizado para designar a herança cultural e material conferindo uma referência presencial no sentimento de pertencer a um lugar específico (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002).

Um povo historicamente excluído, que enfrenta desigualdades e barreiras, precisa de uma determinação do universo social com outros grupos, comunidades e sociedades conformativas que não aquelas dos povos e das comunidades tradicionais quilombola, vivendo sua plena materialidade e cultura, a identidade quilombola traduz uma possibilidade emancipatória para essas populações (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002).

Uma perspectiva epistemológica caracterizou as comunidades remanescentes dos quilombos, como Comunidades Tradicionais, não só por uma questão de lei no Brasil. Quando se trata de comunidades tradicionais é avaliado que existe uma relação homem-natureza, com práticas culturais. O termo “remanescentes” resgata para os grupos alguma positividade e rompe a narrativa básica, fatalista e linear. As comunidades negras têm função semelhante, pois no “Artigo 68”, o

termo “remanescentes”, é um termo que aparece para resolver a relação difícil de descontinuidade e continuidade com o passado histórico (ARRUTI, 2006).

3.2 Um diálogo com as Políticas Públicas

As Comunidades Remanescentes de Quilombos, com a Constituição de 1988, “ganham” uma mínima visibilidade – conquista decorrente de bastante luta, de várias organizações do Movimento Negro, especialmente o Movimento Negro Unificado (MNU), atuante desde a década de 70, vários movimentos quilombolas a nível local, regional e nacional –, para acessar direitos constitucionalmente garantidos, especialmente, reconhecimento da sua identidade, redistribuição dos recursos e bens e participação.

Considerando essa visibilidade os remanescentes de quilombos estão contemplados por dispositivos legais específicos, que vai desde a Constituição Federal de 1988, com o artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; além de Decreto 4887/2003 (que determina os procedimentos para identificação, reconhecimento, demarcação e titulação das terras ocupadas por quilombolas); os artigos 215 e 216, CF/88, que tratam dos direitos culturais; Tratados Internacionais, como a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que garante às comunidades tradicionais o direito de se autodefinirem; artigos específicos nas Constituições dos Estados; Instruções Normativas nos órgãos que tratam da Questão Quilombola, como o INCRA (IN 57), a Fundação Cultural Palmares, a SEPPIR, além da Resolução 34, do Ministério das Cidades, 5º, II, que prevê, para os municípios obrigados ao Plano Diretor (com mais de 20 mil habitantes), a demarcação dos territórios ocupados por comunidades tradicionais, como os quilombolas, no município. Foram criadas, também, políticas sociais para atender esses sujeitos coletivos, na perspectiva de que:

O conjunto de normas inscritas na Constituição de 1988, referentes à política social, redesenha, portanto, de forma radical, o sistema brasileiro de proteção social, afastando-o do modelo meritocrático-conservador, no qual foi inicialmente inspirado, e aproximando-o do modelo redistributivista, voltado para a proteção de toda a sociedade, dos riscos impostos pela economia de mercado. Neste novo desenho, afirma-se o projeto de uma sociedade comprometida com a cidadania substantiva, que pretende a igualdade entre seus membros – inclusive por meio da solidariedade implícita na própria forma de financiamento dos direitos assegurados (CASTRO; RIBEIRO, 2009).

Com o Governo do Presidente Luís Inácio “Lula” da Silva, houve a intensificação dessas políticas sociais, com a criação de inúmeros programas e ações que contemplassem tais sujeitos, especialmente, a partir de 2003, com a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), como a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), o Programa Cultura Afro-brasileira, o Programa Comunidades Tradicionais, a Agenda Social Quilombola (ASQ), Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Quilombola, Programa Nacional de Alimentação Quilombola (PNAQ), Projetos de Educação, como o “Quilombola, venha ler e escrever”, Chamada Nutricional Quilombola, Programa Saúde da Família Quilombola e o Programa Brasil Quilombola (PBQ), além de programas universais de governo que atendem às comunidades, como o Programa Luz para Todos, o Programa Fome Zero, entre outros.

O Brasil criou um Programa Brasil Quilombola (PBQ), através das políticas públicas, para as comunidades remanescentes de quilombo. Em 2004 com o crescimento houve a criação da Agenda Social Quilombola (ASQ), com o Decreto n. 6.261/2007. A consolidação do PBQ se deu pelo Estado para as comunidades quilombolas (GUIA PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA, 2013; BRASIL, 2007). As políticas públicas indicam que o PBQ e o ASQ fazem parte de políticas que indicam uma mudança de um padrão de caráter cultural e as ações governamentais (ARRUTI, 2009). A gestão dessas políticas ocorreu de forma descentralizada de modo que se tornou efetiva, com a coordenação geral da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR/PR). Outros órgãos responsáveis ministérios públicos, governos estaduais e municipais, movimentos e organismos não governamentais e secretarias de políticas de igualdade racial (PIR) (PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA, 2016).

Contudo, ainda existem muitos empecilhos para a efetivação de direitos quilombolas, tais como a burocracia institucional, a falta de recursos humanos especializados (por exemplo, antropólogos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)), localizados em comunidades tradicionais, acesso a informações pela população quilombola, dificuldade de infraestrutura, serviços públicos basilares de baixa qualidade, terras quilombolas em litígio de posse com latifundiários ou até mesmo com o interesse do governo, entre outros.

4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

4.1 Uma breve história e filosofia de vida da comunidade quilombola Jatimane Nilo Peçanha-Bahia

A realidade histórica dos afrodescendentes brasileiros é marcada pela luta por liberdade. Desde os tempos em que se vigorava no país o duro sistema da escravidão, os seres humanos, reduzidos à condição de escravos, buscavam no interior desse sistema, lutar pela liberdade, como bem definiu o historiador João José Reis, onde houve escravidão houve lutas contra ela. No entanto, essas lutas não podem ser definidas apenas no contexto escravista, pois elas vararam a história da sociedade brasileira chegando aos dias atuais.

A comunidade do Quilombo de Jatimane é uma comunidade remanescente de quilombo localizada na zona rural do município de Nilo Peçanha, na região do Baixo Sul Baiano. Segundo o mito fundador contado pelos narradores locais, os guardiões da memória é o lugar que teve origem no final do século XIX quando os irmãos Rosário: André, Boaventura, Devoto e Honório, fugindo do cativeiro, se embrenharam na mata em busca de um abrigo “protetor” para a construção de um assentamento.

O lugar escolhido foi denominado de Porto Velho, mas a necessidade em obter água doce os levou a migrar para uma área mais propícia, onde hoje está situado o arraial de Jatimane. A escolha de um novo espaço, ter-se-ia dado por uma orientação de um índio chamado Mane, que teria feito amizade com Rosários. Conforme os relatos, Mane criava abelhas do tipo jati, que produz um delicioso mel. Assim, em homenagem ao índio, batizaram o assentamento de Jatimane. Abelhas jati criadas pelo índio Mane. Mais detalhadamente, Fernandes (2012, p. 21) apresenta

[...] o quilombo de Jatimane, nome constituído a partir da junção da palavra Jati, que designa um tipo de abelha africana, que produz um mel saboroso, e da palavra Mane, nome de um índio que morava neste território quando os negros escravizados da fazenda Mutumpiranga ali chegaram, está situado também no Baixo-sul Baiano, há 23 km da sede do município de Nilo Peçanha, com seus 396 habitantes, pertencentes aos troncos familiares: Rosário e Assunção.

Neste lugar, envoltos pela floresta tropical os Rosários estabeleceram laços tecidos pelos invisíveis fios da vizinhança e do parentesco consanguíneo. Na prática, estas relações se

confundem, “na medida em que os vizinhos de um indivíduo qualquer são na maior parte das vezes, seus parentes.

4.2 Cultivo sustentável da piaçava na comunidade quilombola de Jatimane

De uma maneira geral, a vida comunitária é estável, são aproximadamente 400 habitantes, que residem entre as 100 casas existentes na comunidade. Pode-se dizer, Jatimane é uma comunidade remanescente de quilombo que tem suas raízes fincadas na terra, e os saberes frutos de uma herança ancestral que foram preservados e ensinados através do tempo, repassados como “testemunho transmitido verbalmente de uma geração para outra” (VANSINA, 1982, p. 157), materializados em um conjunto de práticas culturais, entre elas, a valorização de elementos da natureza, a identificação de determinadas ervas, o plantio de uma determinada lavoura, o tempo certo para a retirada da piaçava, com suas sucessivas etapas de beneficiamento, conhecimentos sobre as tábuas de marés, a orientação astral em que a lua é referência, bem como a necessidade em conhecer o curso das águas, envolvendo o rio/mar.

Os jatimanenses garantem sua sobrevivência com práticas laborais multifuncionais, regidas por uma tradicional divisão sexual de trabalho, pois são eles lavradores/pescadores, e elas catadeiras, marisqueiras, sobrevivendo do extrativismo sustentável da piaçava e da atividade pesqueira. A cultura como um conjunto de manifestações transmitidas através das gerações, pode ser percebida como um legado que o indivíduo adquire em uma teia social, envolvendo bens materiais e imateriais que consubstanciam as práticas humanas e suas inovações. De maneira mais ampla, é forte a relação dos jatimanenses com a natureza o que pode ser explicada pela questão cultural associada à luta pela sobrevivência.

Denominada cientificamente por *Palma* ou *Attaba Funifera Martius*, a piaçaba ou piaçava, é uma planta nativa da região do Baixo Sul baiano é a palmácea nativa, que predomina nessa região sob a forma de bisque. Natural da Mata Atlântica a espécie *Attalea Funífera Martius*, tem sua origem Tupi e significa “planta fibrosa”. No sul da Bahia essa planta é utilizada e tem uma herança cultural atribuída aos índios tupinambás, que para fabricar seus objetos utilizavam essa planta trançada, e logo depois os negros escravizados, trabalhadores rurais e pescadores usavam essa técnica, na produção e para suprir suas necessidades como tapetes e chapéus, que as mulheres confeccionavam (FERNADES, 2013).

O sustento vindo do meio ambiente não deixa que a população não preserve o local, ao contrário cerca de 400 habitantes se conscientizam dessa preservação. A piaçava é para fazer produtos artesanais e brincos, bolsas, mandalas a planta usada na Comunidade Quilombola Jatimane. “O coco não tinha valor em tempos anteriores. A piaçava era extraída e os tiradores largavam lá. Um projeto para usar o coco da piaçava foi criado logo depois.”⁴

A separação de uma parte da piaçava que é utilizada na fabricação de vassoura, foi feita pelas “catadeiras”, depois que foram beneficiadas com o trabalho, em seguida utilizaram outra parte para cobrir casas e quiosques e as fibras mais grossas, foi usada na produção do artesanato. Uma cooperativa foi criada mesmo depois de ter iniciado uma pequena produção, reunindo mais quatro comunidades quilombolas; duas cidades de Nilo Peçanha – Boitaraca e Jatimane, e duas da cidade circunvizinha Ituberá – Lagoa Santa e Ingazeira. O trabalho das mulheres com a criação da cooperativa teve uma boa divulgação. As mãos dessas mulheres que é utilizada não só para trançar as fibras do vegetal na produção de lindos utensílios, mas para enriquecer com os conhecimentos e saberes os ensinamentos de seus filhos (FERNANDES, 2013).

A prática sustentável do cultivo da piaçava na comunidade quilombola e Jatimane, assim como demais comunidades da região, relaciona-se, especialmente, a conservação Área de Proteção Ambiental do Pratigi (BA), que possui parte da floresta nas regiões quilombolas (Ditt et al., 2013). Aqui, importa citar Almeida (2009) ao falarmos sobre a sustentabilidade em um ambiente rural, predominantemente agrário. A partir das ideias do autor podemos perceber a possibilidade de desenvolvimento econômico de determinada região, atrelado, as práticas sustentáveis, possíveis de fazerem aquele recurso natural sempre renovável.

O conhecimento quilombola é relacional, é situado, territorializado, baseado na experiência e na sabedoria no trato com a natureza. Nas relações comunitárias, a solidariedade predomina, nos cuidados de uns com outros. Apesar do descaso dos poderes públicos que não levam ao território recursos de saúde, esse conhecimento, o modo de vida que combina práticas coletivas e individuais e o protagonismo dos quilombolas.

⁴ Disponível em: <<http://conaq.org.br/noticias/conheca-a-producao-artesanal-feita-de-piacava-no-quilombo-jatimane-economia-de-comunidade-e-movimentada-por-cao-da-planta/>>. Acesso em 05 de junho de 2021.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quilombos e Quilombolas, uma diversidade de autores conceitua teoricamente os quilombos, mesmo o significado pode falar e tratar de uma luta política. Esse grupo passou por diversos processos que constituiu um grupo de quilombolas que teve as suas particularidades históricas e regionais. Como espaços de resistência cultural os quilombos têm uma participação importante na história do Brasil e se constituiu como resistência.

Ainda que se apresentem como comunidades de origem história, hoje, no contexto da contemporaneidade, as comunidades intituladas legalmente “comunidades remanescentes de quilombolas” apresentam, através da sua população, saberes, vivência e culturas, longe serem finitos. No quilombo Jatimane não é diferente, a produção de heranças é contínua, mesmo que com seu número pequeno de habitantes.

As políticas públicas brasileiras que visam atender as populações quilombolas no Brasil ainda são recentes, pouco dialogadas na prática, mas que tiveram na Constituição de 1988, assim como para todo o país, o marco importante da Constituição Cidadã, sendo esta, a posteriori, a que mais concedeu aos brasileiros os direitos básicos.

A comunidade quilombola do Jatimane, no Baixo Sul da Bahia, representa, através do cultivo da piaçava, não apenas um cultivo sustentável, capaz de tornar renovável os recursos utilizados, como tem utilizado desses recursos para garantirem seu sustento, sobrevivência e ainda resistência. Sobretudo, quando pensamos no contexto da pandemia da Covid-19 que assola todo o mundo, importa pensar no desenvolvimento de políticas públicas que possam realmente atender a essas comunidades no período de isolamento social, garantindo, ainda mais, o ideal de saúde, educação, bem-estar, dentre outros tantos requisitos para a garantia dos seus direitos e qualidade de vida.

5. REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, L.F. de. **O Trato dos Viventes:** formação do Brasil no Atlântico Sul, São Paulo. Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na**

perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. 3. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. p. 33-55.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo:** antropologia e história do processo de formação quilombola. São Paulo: Edusp, 2006.

BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO EM QUILOMBOLAS DO BRASIL CORONAVIRUS-19. Disponível: <<http://conaq.org.br/noticias/boletim-epidemiologico-04-de-setembro>>. Acesso em 05 de julho de 2021.

BORGES, L.; BASTER, K.; DEALDINA, S. Como quilombolas estão atravessando a pandemia no Brasil? Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/debate/2020/Como-quilombolas-estao-atravessando-a-pandemia-no-Brasil>>. Acesso em 27 de maio de 2019.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Ministério da Saúde.** Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/>>. Acesso em 01 de Junho de 2020.

NORA, Pierre. **Entre memória e história:** A problemática dos lugares. Tradução Yara AunKhoury. Projeto História. São Paulo (10). Dez. 1993.

CLIFFORD, James. **A Experiência Etnográfica:** antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.

DITT, E. et al. Conservação da biodiversidade por meio da atividade extrativista em comunidades quilombolas. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, n. 27, 2013.

FERNANDES, Mille Caroline Rodrigues. **MBAÉTARACA:** uma experiência de educação de jovens quilombolas no município de Nilo Peçanha/BA. Dissertação. Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Salvador, 2013.

G1. Coronavírus é mais letal entre negros no Brasil, apontam dados do Ministério da Saúde. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/11/coronavirus-e-maisletalentre-negros-no-brasil-apontam-dados-do-ministerio-da-saude.ghtml>>. Acesso em 04 de junho de 2020.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos:** uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GONÇALVES, R. S.; SANTOS, S. G. C.; BARBALHO, J. I. S. Comunidades quilombolas: lutas e resistências. **Revista de Ciências Humanas**, v. 2. n. 3, p. 36-54, Caeté, 2020.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. Luta por reforma agrária no Brasil contemporâneo: entre continuidades e novas questões. In: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos**: Identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade** - Ano V, n. 10, 2002.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Agroecología y desarrollo rural sustentable: una propuesta desde Latino América**. Ediciones Científicas Americanas, Buenos Aires, Argentina, 2001.

VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO, J. coordenador. **História Geral da África**: I metodologia e Pré-História da África. São Paulo: Ática, 1982, p. 157-179.